

Ata da Vigésima Oitava Sessão Ordinária, do terceiro ano da Décima Quarta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos seis de dezembro de dois mil e onze, às dezenove e trinta horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri. Vice-Presidente Sr. Fábio Augusto Pina. Secretários Srs. Rubens das Virgens e Alfredo Chiavegato Neto. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Vereador Rainero Venturini para proferir o seguinte texto: Evangelho de João – Capítulo 10, versículos 1 a 6: “Eu garanto a vocês: aquele que não entra pela porta no curral das ovelhas, mas sobe por outro lugar, é ladrão e assaltante. Mas aquele que entra pela porta, é o pastor das ovelhas. O porteiro abre a porta para ele, e as ovelhas ouvem a sua voz; ele chama cada uma de suas ovelhas pelo nome e as conduz para fora. Depois de fazer sair todas as suas ovelhas, ele caminha na frente delas; e as ovelhas o seguem porque conhecem a sua voz. Elas nunca vão seguir um estranho; ao contrário, vão fugir dele, porque elas não conhecem a voz dos estranhos.» A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, foram colocadas em votação as Atas da Sessão Ordinária anterior, da Décima Segunda Sessão Extraordinária, e da Décima Terceira Sessão Extraordinária, realizadas aos vinte e oito de novembro de dois mil e onze, as quais, uma a uma, foram votadas e aprovadas por unanimidade de votos pelo Plenário e assinadas pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: primeiramente, o Sr. Edison Cardoso de Sá pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura da matéria oriunda do Executivo Municipal, do projeto, dos Requerimentos e das Indicações dos Senhores Vereadores, bem como das correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação o

requerimento, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, foram lidas as ementas dos seguintes ofícios do Senhor Prefeito 1. Ofício DER nº 070/2011, encaminhando Projeto de Lei Complementar que institui a Contribuição de Iluminação Pública – CIP, de que trata o artigo 149-A, da Constituição Federal; 2. Ofício DER nº 072/2011, encaminhando Projeto de Lei que dá nova redação ao art. 28, da Lei nº 1.860/2009, que dispõe sobre a Organização Administrativa da Prefeitura, e dá outras providências; 3. Ofício DER nº 073/2011, encaminhando Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre autorização para concessão de retribuição aos professores e diretores titulares de cargos da Secretaria Estadual da Educação; 4. Ofício DER nº 074/2011, encaminhando Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para repassar recursos financeiros, a título de contribuição, à Associação Comercial e Industrial de Jaguariúna-ACIJ; 5. Ofício DER nº 076/2011, encaminhando Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de subvenção à entidade de assistência social Projeto Lar Feliz, e dá outras providências; 6. Ofício DER nº 077/2011, encaminhando Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de subvenção à entidade de assistência social Associação dos Amigos do Padre Gomes, e dá outras providências; 7. Ofício DER nº 078/2011, encaminhando Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de subvenção à entidade de assistência social Associação de Pais e Amigos de Excepcionais Jaguariúna, e dá outras providências; 8. Ofício DER nº 079/2011, encaminhando Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de subvenção à entidade de assistência social Associação Jaguariunense de Jovens Aprendizizes - AJJA e dá outras providências; 9. Ofício DER nº 080/2011, solicitando substituição do Projeto de Lei Complementar nº 014/2011, que dispõe sobre o Mapa Genérico de Valores e fixa os critérios de apuração do Valor Venal dos Imóveis, para efeito de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, no exercício de 2012, e dá outras providências, encaminhado através do Ofício DER nº 054/2011; 10. Ofício DER nº 081/2011, encaminhando a Casa Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre concessão de gratificação por risco de acidente ao motorista no efetivo desempenho de sua designação especificamente para conduzir veículos destinados ao serviço de ambulância; 11. Ofício DER nº 082/2011, encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre a forma de realização da proteção e conservação de mananciais de interesse público; 12. Ofício DER nº 083/2011, encaminhando a Casa Projeto de Lei que dispõe sobre a Política Municipal de Educação Ambiental, o ensino de conteúdos e a implantação de

programas de educação ambiental na Rede Municipal de Ensino de Jaguariúna e dá outras providências; depois de lidos foram os referidos projetos encaminhados para as Comissões Permanentes para parecer; 13. Ofício SEGOV nº 0707/2011, dando resposta ao Requerimento nº 146/2011 do Sr. Airton Braulino Jorge solicitando informações sobre a bilheteria do Teatro Municipal Dona Zenaide (percentual arrecadado pelo Município, aplicação do recurso); 14. Ofício SEGOV nº 0724/2011, dando resposta ao Requerimento nº 108/2011 da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando informações sobre o odor que se exala, diariamente, no bairro de Guedes e região; se ele vem da ETE, e se vier da Estação, quais os motivos; 15. Ofício SEGOV nº 0728/2011, acusando recebimento do Requerimento nº 154/2011 a Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando informações sobre a não utilização da base de segurança construída na divisa entre Jaguariúna e Santo Antonio de Posse; 16. Ofício SEGOV nº 729/2011, acusando recebimento do Requerimento nº 155/2011, do Sr. Fábio Augusto Pina, referente à mudança do dia da 27ª Sessão Ordinária, de 15 para 17 de novembro; 17. Ofício SEGOV nº 0730/2011, acusando o recebimento das Indicações nºs: 375/2011 da Sra. Maria Nalva Vieira Gama; 367, 368 e 369/2011 do Sr. Rubens das Virgens; 370, 371, 372, 373 e 374/2011 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri; 18. Ofício SEGOV nº 0731/2011, dando resposta ao Requerimento nº 131/2011 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando informações sobre existência de projeto na municipalidade para mudança do Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de C.L.T. para Estatutário, entre outras questões; 19. Ofício SEGOV nº 0735/2011, dando resposta ao Requerimento nº 139/2011 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informações do motivo de não ter sido realizada a Campanha de Vacinação anti rábica; 20. Ofício SEGOV nº 0736/2011, dando resposta ao Requerimento nº 027/2011 do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o atendimento à Indicação nº 187/2010, de sua autoria, referente à melhorias na Estrada da Fazenda Santa Júlia, entre outras questões; 21. Ofício SEGOV nº 0738/2011, acusando o recebimento das Indicações nºs: 381, 382 e 383/2011 da Sra. Maria Nalva Vieira Gama; 379, 380, 384, 385 e 386/2011 do Sr. Rubens das Virgens; 377, 378 e 387/2011 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri; 376/2011 do Sr. Edison Cardoso de Sá; 22. Ofício SEGOV nº 0739/2011, acusando o recebimento do Requerimento nº 156/2011 do Sr. Rubens das Virgens solicitando informações sobre a previsão para atendimento da Indicação nº 285/2011, de sua autoria, que solicita medidas que especifica na rua João Voltan no bairro Nova Jaguariúna; 23. Ofício SEGOV nº 0740/2011,

acusando o recebimento do Requerimento nº 157/2011 da Sra. Maria Nalva Vieira Gama solicitando informações sobre qual a previsão para realização de concurso público para o cargo de motorista; 24. Ofício SEGOV nº 0741/2011, acusando o recebimento do Requerimento nº 158/2011 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando informações sobre quais os planos e prioridades de cada Secretaria Municipal para o ano de 2012; 25. Ofício SEGOV nº 0742/2011, acusando o recebimento do Requerimento nº 159/2011 do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando informações sobre o serviço público de limpeza do Município; 26. Ofício SEGOV nº 0743/2011, acusando o recebimento do Requerimento nº 160/2011 do Sr. Edison Cardoso de Sá solicitando ofício à Empresa TIM Brasil sobre o serviço de telefonia celular na cidade; 27. Ofício SEGOV nº 0755/2011, convidando a Casa para ato de sanção da lei instituidora do “Dia Municipal de Clamor pela Paz, dia 7 de dezembro, às 17h00 no Gabinete do Prefeito. A seguir, dos Senhores Vereadores foram lidas as ementas das seguintes proposituras: Projeto de Decreto Legislativo do Sr. Edison Cardoso de Sá que dispõe sobre a concessão de título de “Cidadão Jaguariunense” ao Sr. Pastor Noel Batista Filho, depois de lido foi o referido projeto encaminhado para as Comissões Permanentes para parecer; Requerimentos: 1. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal informações se a Sra. Aline Fabiana Grando recebe ou recebeu RPA, ou alguma outra remuneração na Prefeitura de Jaguariúna, neste ano de 2011, quanto recebeu, e onde prestou serviços na Municipalidade (Secretaria, cargo e função); 2. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – Unidade Regional de Campinas, informações sobre quais os procedimentos que vêm sendo tomados para que sejam devolvidos ao erário público de Jaguariúna, com os acréscimos legais, o valor de R\$ 97.926,86 (noventa e sete mil, novecentos e vinte e seis reais e oitenta e seis centavos) pagos à Estratégia Consultores Ltda. pelo Plano de Trabalho entregue à Prefeitura Municipal de Jaguariúna, referente ao Contrato nº 173/2009, firmado em 04/06/2009 e rescindido em 17/07/2009, que tinha como objeto a melhoria da capacidade de governo da Prefeitura de Jaguariúna; 3. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando a Executivo Municipal informações do motivo de ainda não ter sido solucionada a limpeza na Praça Umbelina Bueno, após a Feira Livre aos sábados, conforme Indicação nº 370/2011; 4. Do Sr. Fábio Augusto Pina solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o motivo da falta de material na biblioteca da E.M. Cel. Amâncio Bueno, e porque as aulas de informática daquela escola serão suspensas em 10 de dezembro próximo; 5. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues

solicitando ao Executivo Municipal informações a respeito de todos os pagamentos efetuados à autônomos, desde 01 de janeiro de 2009 até a presente data, sob forma de RPA, contendo nome do beneficiário, grau de qualificação, CPF/MF, valor pago com a data do pagamento e serviço prestado. Indicações:

1. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal verificar como vem sendo feito o atendimento do 190;
2. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal melhorias nos horários de ônibus em todo o Município;
3. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal troca ou reforma do alambrado existente ao redor da E.M. Prof. Adone Bonetti, no bairro Roseira de Cima;
4. Do Sr. Rubens das Virgens solicitando ao Executivo Municipal limpeza geral dos terrenos baldios no bairro Dr. João Aldo Nassif;
5. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal segurança da rampa de acesso do Posto de Saúde Central, colocando as faixas antiderrapantes em toda a sua extensão, principalmente, próximo aos corrimãos, bem como verificar se a inclinação da mesma está de acordo com as normas técnicas legais;
6. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal instalar nas proximidades da E.M. Prof. Francisco Xavier Santiago, no bairro de Guedes, as lixeiras verdes que estavam instaladas próximas ao pontilhão e foram retiradas;
7. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal efetuar a limpeza geral no Departamento de Agropecuária e Meio Ambiente – Secretaria de Gestão Ambiental;
8. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal placas de sinalização que indique “Rua sem saída” em ruas que especifica, no bairro Cruzeiro do Sul;
9. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Executivo Municipal fiscalização do uso e condições físicas das calçadas em todo o Município, em especial com relação às propagandas colocadas de várias formas no passeio público, defronte aos comércios;
10. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro solicitando ao Executivo Municipal estudos visando a equiparação dos salários dos professores estaduais que prestam serviços na Rede Municipal de Ensino Fundamental aos dos professores do Município;
11. Do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal manutenção das praças esportivas do Município (troca de chuveiros quebrados, limpeza, produtos de higiene, entre outros);
12. Do Sr. Edison Cardoso de Sá solicitando ao Executivo Municipal providenciar uma cobertura no estacionamento da Interclínicas.

Moções:

1. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues de pesar pelo passamento do Sr. Ranulfo Geraldi Carraro Junior, ocorrido em 13 de novembro, pp;
2. Da Sra. Karina Valéria Rodrigues de Congratulações e Louvor ao atleta Alexandre Giardiello e à Equipe Conexão

Jiu-Jitsu; 3. Dos Srs. Fábio Augusto Pina e Karina Valéria Rodrigues de apoio à OAB SP, em sua proposta de alteração da Lei Complementar nº 988/2006, que organiza a Defensoria Pública do Estado, alterando esta que trata da transferência da gestão do Convênio de Assistência Judiciária, da Defensoria Pública para a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania; 4. Do Sr. Rainero Venturini de pesar pelo passamento do Sr. Orlando Marconato ocorrido no dia 1º de outubro, pp, aos 90 anos de idade; 5. Dos Srs. Rainero Venturini e Fábio Augusto Pina de pesar pelo passamento do Sr. Edgar Antonio Dal’Bó, ocorrido em 2 de dezembro, aos 56 anos, em São Paulo. A seguir, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Comunicado nº 004784/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 10.448,03; 2. Comunicado nº 000286/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 7.020,00; 3. Comunicado nº 001790/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 210,66; 4. Comunicado nº 009719/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 2.598,85; 5. Comunicado nº 001642/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 4.973,95; 6. Comunicado nº 014226/MS/SE/FNS do Fundo Nacional de Saúde sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 210,13; 7. Comunicado nº CM 245563/2011 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 70.565,49; 8. Comunicado nº CM 253416/2011 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 265.987,83; 9. Comunicado nº CM 274087/2011 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 239.831,68; 10. Ofício Circular Externo/MDS/SNAS/DEFNAS/CGEOF/ nº 049/2011 do Fundo Nacional de Assistência Social sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 1.304,83; 11. Ofício Circular Externo/MDS/SNAS/DEFNAS/CGEOF/ nº 052/2011 do Fundo Nacional de Assistência Social sobre liberação de verba ao Município no valor de R\$ 37.733,78; 12. Of./SETUC/545/2011 da Sra. Secretária Municipal de Turismo e Cultura acusando o recebimento da Moção nº 097/2011 da Sra. Karina Valéria Rodrigues de congratulações e louvor a todos os funcionários públicos da Cidade pelo seu dia, comemorado em 28 de outubro; 13. Of./SETUC/544/2011 da Sra. Secretária Municipal de Turismo e Cultura acusando o recebimento da Moção nº 102/2011 do Sr. Rubens das Virgens de congratulações e louvor ao dia Nacional da Cultura, comemorado em 5 de novembro; 14. Ofício nº

26ºBPMI-131/05/11 do Comandante do 26º BPM/I acusando o recebimento da Moção nº 097/2011 da Sra. Karina Valéria Rodrigues de congratulações e louvor a todos os funcionários públicos da Cidade pelo seu dia, comemorado em 28 de outubro; 15. Carta das Relações Governamentais e Institucionais do Banco Itaú dando resposta ao Requerimento nº 136/2011 da Sra. Maria Nalva Veira Gama solicitando às Agências Bancárias instalação de caixas eletrônicos na área do Centro Cultural; 16. Carta da Sra. Aline Fabiano Grando apresentando denúncia de suspeita de ato de improbidade administrativa contra a Vereadora Karina Valéria Rodrigues; 17. Ofício nº 1236/2011 do Secretário Administrativo da ONG Pra Frente Brasil comunicando que a ONG Pra Frente Brasil está deixando suas atividades no Município, a partir de 31 de dezembro de 2011, entre outras informações; 18. CT R*AC/PL 657/2011 do Gerente Regional da Telefônica do Brasil S/A dando resposta ao Requerimento nº 150/2011 do Sr. Rubens das Virgens solicitando a realocação do orelhão no Parque dos Lagos, no bairro Jardim Planalto; 19. Convite do Centro de Equoterapia de Jaguariúna para a Festa de Natal, dia 18 de dezembro de 2011, naquele local; 20. Carta da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional sobre a possibilidade do Município apresentar Emenda Popular na área da Saúde, até 10 de dezembro de 2011; 21. CT RAC/PL-Especial do Gerente Regional da Telefônica do Brasil S/A comunicando que desde 05/10/2009 Jaguariúna passou a contar com a cobertura de sinal 3G da Vivo; 22. Carta do Deputado Estadual Luiz Carlos Gondim-PPS, encaminhando Indicação de sua autoria solicitando ao Governador do Estado a liberação de recursos financeiros para construção de Creche no Município de Jaguariúna. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação de Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: 1. Requerimento da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal informações se a Sra. Aline Fabiana Grando recebe ou recebeu RPA, ou alguma outra remuneração na Prefeitura de Jaguariúna, neste ano de 2011, quanto recebeu, e onde prestou serviços na Municipalidade (Secretaria, cargo e função), em votação, foi o mesmo rejeitado por cinco votos contrários, sendo três favoráveis dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina e Karina Valéria Rodrigues; 2. Requerimento do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – Unidade Regional de Campinas, informações sobre quais os procedimentos que vêm sendo tomados para que sejam devolvidos ao erário público de Jaguariúna, com os acréscimos legais, o valor

de R\$ 97.926,86 (noventa e sete mil, novecentos e vinte e seis reais e oitenta e seis centavos) pagos à Estratégia Consultores Ltda. pelo Plano de Trabalho entregue à Prefeitura Municipal de Jaguariúna, referente ao Contrato nº 173/2009, firmado em 04/06/2009 e rescindido em 17/07/2009, que tinha como objeto a melhoria da capacidade de governo da Prefeitura de Jaguariúna; em votação o mesmo obteve o seguinte resultado na votação: quatro votos favoráveis dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues e Rubens das Virgens, e quatro contrários dos Srs. Airton Braulino Jorge, Edison Cardoso de Sá, Nalva Vieira Gama e Rainero Venturini. Obtendo empate, o Sr. Presidente teve direito a voto, em conformidade com o art. 23, II, “i”, 4 do Regimento Interno, o qual foi favorável ao referido requerimento, sendo assim, o mesmo foi aprovado por cinco votos favoráveis, sendo quatro contrários; 3. Requerimento do Sr. Antonio Mauricio Cordeiro Hossri solicitando ao Executivo Municipal informações do motivo de ainda não ter sido solucionada a limpeza na Praça Umbelina Bueno, após a Feira Livre aos sábados, conforme Indicação nº 370/2011, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento do Sr. Fábio Augusto Pina solicitando ao Executivo Municipal informações sobre o motivo da falta de material na biblioteca da E.M. Cel. Amâncio Bueno, e porque as aulas de informática daquela escola serão suspensas em 10 de dezembro próximo, em votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Requerimento da Sra. Karina Valéria Rodrigues solicitando ao Executivo Municipal informações a respeito de todos os pagamentos efetuados à autônomos, desde 01 de janeiro de 2009 até a presente data, sob forma de RPA, contendo nome do beneficiário, grau de qualificação, CPF/MF, valor pago com a data do pagamento e serviço prestado, em votação o mesmo obteve o seguinte resultado na votação: quatro votos favoráveis dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues e Rubens das Virgens, e quatro contrários dos Srs. Airton Braulino Jorge, Edison Cardoso de Sá, Nalva Vieira Gama e Rainero Venturini. Obtendo empate, o Sr. Presidente teve direito a voto, em conformidade com o art. 23, II, “i”, 4 do Regimento Interno, o qual foi favorável ao referido requerimento, sendo assim, o mesmo foi aprovado por cinco votos favoráveis, sendo quatro contrários; 6. Moção da Sra. Karina Valéria Rodrigues de pesar pelo passamento do Sr. Ranulfo Geraldi Carraro Junior, ocorrido em 13 de novembro, pp, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 7. Moção da Sra. Karina Valéria Rodrigues de Congratulações e Louvor ao atleta Alexandre Giardiello e à Equipe Conexão Jiu-Jitsu, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade

de votos; 8. Moção dos Srs. Fábio Augusto Pina e Karina Valéria Rodrigues de apoio à OAB SP, em sua proposta de alteração da Lei Complementar nº 988/2006, que organiza a Defensoria Pública do Estado, alterando esta que trata da transferência da gestão do Convênio de Assistência Judiciária, da Defensoria Pública para a Secretaria de Justiça e Defesa da Cidadania, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 9. Moção do Sr. Rainero Venturini de pesar pelo passamento do Sr. Orlando Marconato ocorrido no dia 1º de outubro, pp, aos 90 anos de idade, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; 10. Moção dos Srs. Rainero Venturini e Fábio Augusto Pina de pesar pelo passamento do Sr. Edgar Antonio Dal’Bó, ocorrido em 2 de dezembro, aos 56 anos, em São Paulo, em votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores, que quisessem fazer uso por oito minutos, seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, dizendo que gostaria, primeiramente, de solicitar ali da nobre Vereadora Karina e do Presidente da Casa, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, que eram pessoas ligadas ao esporte, que vinham vendo aí uma Equipe de Rugby, tentando de tudo para fazer desse esporte um esporte de Jaguariúna, e que vinham observando as dificuldades que eles estavam tendo, em ter um local de treinamento, e que eles estavam usando o Campo do Padre, agora, através de um empréstimo, eles estavam fazendo uma manutenção lá, e que estava muito difícil, e que gostaria de pedir aos nobres Pares, a quem pudesse, a intercessão, junto à Secretaria de Esportes, para que eles pudessem ter um apoio para poder desenvolver o esporte com mais dignidade, e que pôde observar que aquele esporte estava sendo muito difundido no País, e que eles tinham um blog, o “Jaguarrugby”, e tinha, aproximadamente, quatorze mil acessos, e que valia a pena fazer de tudo para que aquele esporte em Jaguariúna fosse feito com muita dignidade; disse, ainda, de ressaltar que chegou a Casa, e estaria sendo discutido nos próximos dias, o Plano Diretor, e, atualmente, também, a Cartilha do Funcionalismo Público, onde a intenção era mudar o regime previdenciário do Município; disse de, primeiramente, conversar sobre o Plano Diretor, e que achava que o Plano Diretor merecia uma atenção de todos os pares, e que tinham de discutir e bastante, não atropelar as etapas, e que achava que o Presidente da Comissão de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Fábio Augusto Pina, ele propôs para dia quatorze, agora, sete horas da noite, uma audiência pública, e que aquela audiência fosse a primeira de uma série de muitas para se discutir este Plano Diretor, porque as mudanças lá eram grandes,

e que sabiam, e as pessoas que trabalhavam na área sabiam, que a estrutura do Município, não estava pronta para receber toda demanda proposta pelo novo Plano Diretor encaminhado a Casa; disse que eram questões de ordem muito complexas, onde sabiam que o projeto, na fase de discussão técnica na Prefeitura não chegou-se a um consenso, e para evitar a discussão e não prorrogar mais o assunto, se mandou para a Câmara, e que cabia a eles, realmente, terem discernimento e, com paciência, votarem tal projeto; disse achar que ali era o momento de discussão, e que esperava que a Casa fosse um espaço democrático para todos aqueles que queriam vir e expor seus argumentos com relação àquele projeto; disse que tinham muitos pontos lá, que ele acabou vendo, e da sua parte, realmente, não concordava, e esperava que eles pudessem, através de emendas ou até em votação contrária, havia pontos que eram polêmicos, e que eles pudessem extirpar do Plano Diretor coisas que não eram benéficas a toda a população de Jaguariúna; disse, ainda, que tinham acabado de receber a Cartilha (e saiu da tribuna para pegar a sua em sua mesa) e, retornando, disse que ela começava a ter uma explicação do que era o Regime Estatutário e Celetista, e o que chamava a atenção, era que o grande benefício que eles apresentavam ali na página oito, até tinha um hominho de mãos para cima, era que a grande diferença entre os regimes estava na aposentadoria; disse que era lógico que isso todo mundo queria, uma aposentadoria que fosse compatível com as suas reais necessidades para toda a vida, e o que eles tinham que por para refletir era o seguinte: o teto previdenciário do País, de todo o Regime Celetista, era três mil e seiscentos reais, e que apostava com todos, que oitenta por cento do funcionalismo público da Cidade, não ganhava mais que três mil e seiscentos reais, portanto a grande maioria poderia ficar tranquila com relação a este questionamento, porque não iriam ter poder aquisitivo de seu salário achatado a partir do momento que se aposentasse; disse que a grande preocupação que via nesse projeto, era que iria ser criado um conselho de um fundo, com toda uma estrutura para gerenciar este fundo, com custo para gerenciar este fundo; disse que o Regime Previdenciário da União, eram milhares de trabalhadores que entravam todo dia, contribuindo para este fundo, o celetista; disse que o regime da Prefeitura, todos sabiam, “malemá” chamava um concursado, ultimamente, e pediu para imaginarem a quantidade de pessoas saindo com um salário alto, e pessoas ingressando no mercado de trabalho do Município, com salário baixo e contribuindo pouco; fatalmente, no futuro, o Município estaria com problema de déficit e era o grande problema dos déficits dos municípios, era o problema com o funcionalismo público; pediu a todos uma atenção com relação a isso;

disse que o problema maior que eles, também, não citavam na Cartilha, era o seguinte: quando não se estava contente, ou queria discutir a sua questão, hoje, no regime celetista, se procurava a Justiça do Trabalho, e com todas as polêmicas ainda era um pouco mais ágil que a Justiça comum, e que o Regime Estatutário era Justiça Comum, qualquer discussão sobre greve, ou assédio, ou aquilo, era Justiça comum; disse que era prejudicial ao funcionalismo, com certeza; disse que quem estava levando méritos nisso era a Prefeitura, que deixava de contribuir menos para o Sistema Nacional, e, contribuiria menos, também, para o Regime Estatutário; disse que essa era a grande polêmica do projeto, e que pedia a eles que refletissem, discutissem bastante, porque depois, realmente, ficava difícil para esta Casa reverter aquilo que foi decidido, e que achava que cabia aos Vereadores discutirem isso com grande calma, porque não estavam falando aí de um mandato, não, estavam falando de futuras gerações e daquilo que podia trazer de transtorno ao Município; voltou a dizer que se o problema era aposentadoria, se ele quisesse criar esse diferencial, criasse um regime de aposentadoria complementar, fizesse um convênio, só que, na verdade, cada um tinha que pagar, ou se quisesse o Município que pagasse, enfim, se ele tivesse caixa para isso; disse que a sua grande preocupação, com relação àquele projeto, e voltava a dizer, eram essas questões básicas que estavam estampadas na Carta Magna, que era o Regime Celetista, e que não se mudava as regras; disse que no Regime Estatutário se quisesse fazer qualquer modificação, cabia somente à Câmara, e pediu a todos, realmente, que discutissem e tivessem um pouquinho de paciência para discernir sobre aquele projeto; naquele momento o alarme do tempo disparou, anunciando que o tempo de fala do Vereador havia se esgotado, e o Vereador Alfredo Chiavegato Neto disse que era necessário rever o tempo, pois achava que oito minutos era pouco, e agradeceu; a seguir, tomaria a palavra o Sr. Edison Cardoso de Sá, que a passou; tomou a palavra o Sr. Fábio Augusto Pina que cumprimentou a todos, dizendo de compactuar com o Vereador Fred a respeito do Plano Diretor, e por isso tinha sido marcada a audiência, naquele ano, para eles poderem refletir, pensar, estudar bastante, chamar especialistas, que era um projeto bem complexo para a Cidade e que, além disso, estava conversando com alguns munícipes, e o CRAS, e queria pedir ao Presidente da Casa, que pedisse a planta de onde estava sendo construído o CRAS, e que se ele não se enganava lá era uma área de lazer, e não sabia se poderia ser construído, e não tinha certeza, e como tinha chegado essa informação, gostaria de solicitar ao Presidente para ver se estava tudo direitinho, no João Aldo Nassif; disse que também foi procurado por algumas pessoas ligadas à Educação, a respeito da

Escola Coronel Amâncio Bueno, e que lhe disseram que os computadores, as aulas iriam ser suspensas, e até por falta de manutenção dos computadores, e disseram que estava até faltando folha de sulfite para trabalhos, tudo, e que a biblioteca, também, deveria estar fechada, e que ele gostaria que o Executivo tomasse algum tipo de providência, porque prezar pelo social concordava, mas a Educação, achava que tinha que vir em primeiro lugar para poderem criar seus filhos, e a Educação, sabiam, que refletia na Segurança, na Saúde, em tudo, e que gostaria que dessem uma atenção maior; disse ser só o que tinha para dizer, e desejou boa noite; a seguir, tomou a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues que cumprimentou a todos, dizendo, em primeiro lugar, ao Sr. Presidente, de pedir desculpas pela sua manifestação efusiva, talvez fosse um recall da época desportista, porque nos requerimentos daquele dia, eles aprovaram, e ela queria agradecer o Plenário, um requerimento dela com cópia para o Ministério Público, de que, em quinze dias, que era o prazo regimental, tinha que chegar na Casa a lista dos RPAs, desde janeiro de dois mil e nove, como o Governo citava que não tinha RPA, não iria vir nenhuma lista, mas se tivesse RPA iria ter que vir, com CPF, localização e tudo, e, lamentavelmente, lamentavelmente, respeitava, tinha solicitado um requerimento se a senhora Aline Grando recebeu como RPA na Prefeitura; disse que, na verdade, era um “pro forma”, porque a senhora Aline Grando recebeu RPA, assinado pela Nenê, Chefe de Gabinete, para serviços administrativos; disse que quando citava esse livrinho de Estatutário e Celetista, não sabia se valia a pena tal discussão, porque do jeito que a lista de RPAs, estava crescendo, dali a pouco não iria ter mais funcionário público em Jaguariúna, concursado, porque o RPA era, se o dentista ficasse doente, contraria um; se um jornalista por algum tempo não pudesse trabalhar... era que em Jaguariúna estavam contratando RPA corriqueiramente, e a prova, mesmo tendo imunidade parlamentar, e que ela pediu a lista porque não tinha nenhum RPA seu, naqueles três anos na Prefeitura; disse que não tinha nenhum RPA, e solicitou ao Sr. Presidente que fosse respeitado o estatuto da Casa; disse que sendo assim, vulgarmente falando, se atrevia a dizer que não era que a cuíca iria roncar, a Escola de Samba iria passar inteira com aquela lista, porque ela achava injusto, gente que se preparava, gente que estudava, que prestava concurso público para ser chamado pela Prefeitura, e não era chamado pelo grande número de RPAs; disse que o que ela queria, e que ela não era ali, não queria ali criar fatos, ela estava pedindo a lista, e quando ela analisasse a lista, o CPF, quanto ganharam e o que fizeram e onde fizeram, aí ela iria falar, porque lhe estranhava que agora tinha virado um fato assim: cada coisa que ela ia investigar, tinha alguém

que a denunciava, disse ao Fred, e o estranho era que a pessoa a denunciava de um fato de dois mil e nove, porque ela vinha investigando o RPA, e perguntou porque não a investigaram em dois mil e nove? Disse que ela respondia, e que ela queria saber porque se gastava tanto dinheiro com RPA, e quem eram, e se tinha vínculo até terceiro grau com algum Vereador, ou com algum cargo da Prefeitura, que era proibido por lei, e disse ao Sr. Presidente, que ela não iria ser infame em afirmar nada e o que ela queria era a lista, e ela exigia respeito por um colega seu, como o Dr. Airton, porque se ela defendia que todo mundo era inocente até que se demonstrasse o contrário, eles, nesta Casa de Leis, tinham que respeitar isso, e que a única preocupação que lhe constava, era porque aquela votação não tinha sido unânime e que até entendia e respeitava a democracia da Casa, como, também, ela queria entender, disse ao Fred, ao Fábio e ao Mauricinho, por que tinha empresas de assessoria ambiental que faturaram naquele ano quase setenta e cinco mil reais e por que tinha empresas que prestavam serviços de consultoria de trânsito, e por que tinham RPAs que sem ser professor de Educação Física recebiam como Técnico de Bocha; disse que doesse a quem doesse, doesse na sua Secretaria, do seu Partido, que era a de Esportes; e que queria saber porque um lixeiro ganhava mil reais e um técnico de bocha ganhava mil e quinhentos reais, e para começar que lhe desculpassem, que técnico de Bocha não existia, só na Prefeitura existia técnico de bocha, na Educação Física, disse ao Fred, no CREF – Conselho Regional de Educação Física, o cargo de técnico de bocha não existia, e aí as pessoas achavam que depois de ter saído no Fantástico, na Veja e na Isto é, que uma ligação anônima em sua casa a iria assustar; disse que tinham que intimidar de outra forma, tentar intimidar de outra forma; disse achar que ela não estava, levemente, falando que tinha RPAs errados, ela apenas queria saber quem eram, por nome, sobrenome, CPF, cargo, Secretaria e função, doesse a quem doesse; doesse ao Partido político que doesse, e que garantia ali, e garantia publicamente, disse ao Sr. Presidente, se existiu pagamento para alguém do seu Partido de forma ilegal, ela se licenciava do Partido naquele dia, ela se desfilia do Partido, naquele dia, porque era inadmissível faltar remédio no Hospital, faltar um monte de coisas na Cidade, e eles insistiam em pagar RPAs; alertou, dizendo que tinha RPAs que trabalharam e receberam, mas tinham RPAs que não faziam nada, e que a única forma que se tinha, disse aos Senhores Vereadores, era pedir essa lista, que talvez, se no grande genocídio nazista, confirmou com o Dr. Airton, chamou a “Lista de Schindler”, talvez essa chamasse a “Lista da Karina”, mas tal lista tinha que vir, e que ela queria ali, publicamente, publicamente, repetiu, parabenizar ao Presidente da Casa,

que muitas vezes foi criticado, que naquele dia prezou pela transparência pública, neste Município, com seu voto de desempate, e que isso mostrava que eles estavam entrando num período muito eleitoral, mas voltava a repetir, disse ao Senhor Presidente, mesmo com a imunidade que a Casa lhe concedia, ela não estava fazendo afirmações, ela apenas propôs um requerimento para ver a lista dos três anos; vir ou não vir era outra questão, e que ela acreditava que tal lista iria vir, porque o Governo não tinha nada para ocultar, e que ela acreditava que tal lista iria vir, e perguntou qual o problema do Governo mostrar os RPAs de dois mil e nove até aquele dia? (o alarme de tempo de uso da palavra soou), e a Vereador perguntou ao Sr. Presidente se tinha um minuto mais, e continuou dizendo, que queria agradecer, deixar muito claro que não lhe movia interesses pessoais, seus requerimentos, e disse que tinha conversado com a Aline, de iniciativa sua, no telefone, naquele dia, e que ela entendia a chateação dela, em não ter o título do pai dela concedido, porque se seu pai falecido, não teria; disse que era suficientemente mulher para falar na cara e ligar para ela, Aline, como ela tinha ligado duas vezes, naquele dia, que a linha caiu, e que a única preocupação que ela não tinha entendido e lhe cobrou, era que a Sra. Aline disse que ela, Karina, era a primeira da lista, e que viriam agora um monte de denúncias contra os outros Vereadores; disse que a conversa era gostosa, porque agora vinha; disse de deixar claro, porque senão iria dizer que a Karina ligou... e que queria deixar claro, disse a Sra. Aline, que em nenhum momento existiu pressão, ela tinha entendido a dor da mesma, e que não era dor, era chateação, tristeza pelo pai dela, e ao mesmo tempo tinha falado para ela que a vingança não levava a nada, e que a Sra. Aline disse que era uma decisão dela; disse que ela, Vereadora Karina, estava ali, não era Fake no Orkut, disse à Aline, e que elas falavam cara a cara, e que ela não estava ali para fazer política, e que ela entendia, já terminando, disse ao Sr. Presidente, a fala da nobre Vereadora Nalva, ela tinha sido muito feliz, e lhe devia publicamente, e que ela falou: “Não se pode pedir requerimento contra uma pessoa só, e sim contra todos”; disse, à Sra. Nalva, que ela, realmente, voltava a falar, que era suficientemente humilde para aceitar tal colocação, talvez ela tivesse errado em pedir somente da Aline, e que ela acreditava que pela vitória que eles tinham tido dos cinco votos, o Plenário assim tinha entendido, que não era justo condenar uma pessoa que, talvez até trabalhou, ela não sabia, iria querer saber, e se um monte de gente que recebia salários de quatro, cinco mil reais, e que não estavam falando de salário mínimo, e não fazia absolutamente nada nessa Prefeitura; agradeceu aos cinco votos do Plenário, e o povo de Jaguariúna ficaria muito mais tranquilo quando esta lista chegasse e talvez até

eles pudessem publicá-la para que a população soubesse onde estava indo o dinheiro público do Município, agradeceu, desejando boa noite; a seguir, tomou a palavra a senhora Maria Nalva Vieira Gama, que depois de cumprimentar a todos, agradeceu à senhora Karina por ter citado a posição dela e ela achava que era quilo mesmo, porque ela achava que se tivesse que pedir, tinha de pedir de todos, fosse qualquer Vereador, fosse ela ou qualquer outro, se tivesse cargo lá ou empenhasse, tinha de aparecer, e ela não era favorável a uma pessoa só, porque senão daria a impressão que seria vingancinha, era briguinha política, e ela não estava na Casa para fazer aquele jogo, porque ela estava lá para fazer o trabalho em defesa do cidadão, e não se meter em briga de duas pessoas que estavam lá no Orkut, e tudo o mais; então, se tivessem que pedir, que pedissem de todos porque ela achava que era naquele sentido que tinha de ser, e que, inclusive, ela gostaria de colocar que tinham soltado no jornalzinho da cidade falando que um parente dela vendia sapato na Prefeitura, roupa na Prefeitura, e ela tinha muito orgulho de ter uma irmã que colocava sapato no porta malas e saía vendendo na rua, inclusive para as meninas na Câmara, e afirmou que a irmã dela vinha na Câmara vender sapatos, e disse que ela tinha prestado concurso e não tinha passado, e ela tinha orgulho pela irmã trabalhar daquela forma, e ela achava lastimável para um jornal colocar aquilo; mas ela queria agradecer àquele jornalzinho, “Folha de Jaguariúna”, por ter colocado aquilo, porque mostrou que ela era honesta, mostrou que ela não tinha ido lá no concurso público que a irmã dela tinha feito, e colocou o dedinho em cima e pediu para contratá-la, porque ela era irmã dela, e que a sua irmã vendia, e a Susy sabia porque a irmã dela trabalhava com ela no jornal, tinha trabalhado lá, e a irmã dela era uma guerreira, era honesta, colocava, sim, sapatos no porta malas e saía vendendo de casa em casa, de rua em rua, e que a Susy sabia disso e via muito bem isso; disse que o irmão dela também tinha prestado concurso para bombeiro e não tinha passado e ela poderia ter colocado o dedinho dela lá e pedido para contratá-lo, mas ela não fez aquilo, só que as coisas estavam sendo maquiadas e não poderia ser daquela forma, não poderia ser política em primeiro lugar, dividindo a imagem das pessoas, porque ela tinha um trabalho e tinha como mostrar trabalho, e quem tinha pego o “Jornal de Jaguariúna” no final de semana tinha visto o trabalho dela, e ela distribuía um kit de material escolar para as crianças filiadas ao Sindicato, todos os anos, ela e a diretoria do Sindicato, e lembrou que no domingo dia vinte e sete tinha sido feito uma festa, onde mil e quatrocentos trabalhadores estiveram presentes, e o Luizão que estava na Casa, esteve lá e tinha visto a qualidade da festa, a organização como Presidente do Sindicato e a Diretoria fazia para os trabalhadores todos os anos,

e que as pessoas tinham de começar a ouvir as coisas não só pelo lado da política, e ela queria refrescar a memória de algumas pessoas dizendo que ela era em defesa dos trabalhadores, sim, e que jamais ela ia aprovar uma coisa que fosse prejudicar os trabalhadores, não era da índole dela, e que a bandeira dela era uma só, era em defesa dos trabalhadores, não ia votar a favor de uma coisa que fosse prejudicar os trabalhadores, e ela não poderia pregar lá fora uma coisa, e dentro daquela Casa ser outra, e, lembrando, mais uma vez, da prova da sua bandeira em defesa dos trabalhadores, a votação para o abono dos servidores, era para puxarem e verificarem quem tinha votado contra, quem tinha votado a favor dos servidores, para saberem quem estava em defesa dos trabalhadores ou não; a seguir, fariam uso da palavra os senhores Rainero Venturini e Rubens das Virgens, que a passaram; tomou a palavra o senhor Airton Braulino Jorge, que depois de cumprimentar a todos, disse que iria começar a sua fala discorrendo sobre o Plano Diretor, porque eles tinham recebido naquela data o projeto e o mapa da cidade para que eles pudessem se situar, e o importante era que para isso iria existir uma audiência pública e seria no dia catorze, então, ele achava que aquele era o momento das pessoas irem até a Casa e se manifestarem, e não adiantava ir na Casa e não falarem nada e depois saírem falando mal de quem tinha votado sim ou não, porque para ele soava como oportunismo e politicagem barata, e que ficasse claro que seria o dia catorze, na próxima quarta feira, aquela audiência pública, e ele gostaria de contar com todos que fossem até a Casa, dar o parecer de cada um, e ajudassem os Vereadores; disse à Karina que na Casa já tinha tido muita coisa, que não era da época dela, do Fred e do Fábio, mas que já tinham feito uma audiência pública na Casa para discutir o negócio de estacionamento, e as pessoas tinham participado, se manifestado e cobrado uma postura dos Vereadores, do Legislativo e todos os Vereadores tinham endossado o pedido que tinha sido feito e levaram ao Prefeito e depois as mesmas pessoas que tinham cobrado a mesma postura dos Vereadores, tinham dado a volta na Câmara e foram falar para o Prefeito que não era nada daquilo que os Vereadores estavam pedindo, então, ele entendia que estavam fazendo os Vereadores e o Poder Legislativo de idiota, então, quem chegava com aquela idéia, com aquela intenção na Casa, era melhor nem ir, que ficassem em casa e procurassem melhorar a sua qualidade como pessoa num todo; e sobre o processo de migração para o regime estatutário, disse que extra oficialmente ele esteve conversando com o Antonio que era a pessoa que estava fazendo aquele estudo, ele sabia que outros funcionários tinham participado, também, da discussão, ao menos era aquilo que ele tinha falado, que funcionários, em torno de vinte, vinte e cinco

funcionários da Prefeitura, todos os funcionários concursados, nenhum comissionado e discutiram aquilo com o Antonio, e ele tinha passado alguns detalhes que não dava para eles se aprofundarem, era difícil e ele, na sua maneira de ver, ele tinha achado interessante que os servidores não iam perder direito nenhum deles, ele tinha visto alguns que iriam ampliar, mas fora aquilo, ele achava que para votar aquilo era uma coisa complicada, de muita responsabilidade, ele entendia que eles tinham de ir até a Câmara, explanar aquilo para os Vereadores, para eles poderem questionar, arguir a vontade, até que as dúvidas fossem, totalmente, esclarecidas e mais do que isso, ele achava e, como sempre tinha sido postura da Câmara, se pautassem por aquilo que as audiências públicas os conduziam a fazer, então, que naquele momento ele achava muito importante que todo o funcionalismo se manifestasse e que todas as pessoas, nem que para isso eles tivessem de fazer um referendo, e as pessoas, em primeiro lugar conhecerem, porque eles não deveriam opinar sobre aquilo que eles não dominavam, porque primeiro tinham de conhecer, avaliar se, realmente, valia a pena ou se não valia a pena, e depois levar aquela postura para aquela Casa e ele, particularmente, achava que não era o momento, não era em final de ano, em começo de natal, de festas, que eles iriam discutir uma coisa tão importante, mas ele achava que a discussão tinha de existir, tinha de caber; falou, também, que com relação ao RPA, a sua opinião, ele, particularmente, achava que a denúncia, também, deveria ter sido feita em dois mil e nove e não em dois mil e onze, porque ele era Vereador na Casa e foi tomar conhecimento daquilo, naquele momento, e questionou porque não tinha sido levado aquilo para eles antes, porque ele achava que a denúncia deveria existir com provas suficientes para que não fosse uma denúncia vazia e eles tinham de ter o momento certo de fazerem a denúncia, porque aquele negócio de ficarem guardando carta na manga, para querer usar de maneira oportunista ou com segundas intenções, ele achava que não era aquele o caminho, não, e se tivesse a denúncia, que levassem para a Câmara, porque a postura dele lá sempre foi a seguinte, de que qualquer denúncia que chegasse na Casa, e que foram vários grupos lá, enfermeiros, professores, e a sua postura sempre tinha sido a de que era difícil negociar com quarenta ou cinquenta pessoas, que formassem uma comissão e levassem a denúncia para os Vereadores, porque o compromisso deles era de apurar, só que muitas vezes que ele tinha feito aquilo lá, a denúncia tinha acabado, a pessoa ia lá, falava, esbravejava e o assunto acabava por lá, então ele achava que tinham que ser sério naquela hora, e com relação ao RPA, chegando isso, ele disse que poderiam abrir porque ele era tranquilo em dizer que, ele não sabia se tinha ouvido algum comentário, mas o

nome dele estava aberto, se tivesse algum RPA do doutor Airton lá, e ele fazia questão que todos fossem lá conferir (naquele momento houve manifestação da platéia e o senhor Presidente pediu silencio a todos); o senhor Airton continuou sua fala, comentando que comissionado, o RPA tinha o lado legal e o lado ilegal, e que aliás, o lado legal era eles respeitarem o Regimento, também, e comentou que ele tinha votado contra aquele requerimento porque ele achava que se alguém fazia uma denúncia para ele, ele teria de ir na direção daquela pessoa, e comentou que ele sofria perseguição nos dias atuais, por gente daquela administração que ele não tinha medo nenhum em chamar de banda podre daquela administração, e voltando-se para a Vereadora Karina, ele disse a ela que entendia da seguinte maneira, que era a maneira dele de pensar e ele respeitava a dela, e que se alguém da banda podre estava lhe denunciando, ele ia em cima dele, e que não adiantava porque ele era secretário, ele era diretor, ele virar e bater na administração, porque ele tinha de limpar a banda podre, e aquela era a maneira dele de agir, era daquela maneira que ele costumava trabalhar, então, era o que ele tinha para dizer lá e ele achava que perseguição se todos lá não sofreram, um dia iriam sofrer, mas eles tinham de ter a sabedoria e a calma para resolver da melhor maneira possível; a seguir, tomou palavra o senhor Presidente, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, que cumprimentou a todos, comentando a respeito da decoração de natal da cidade, dizendo que ele estava achando um pouco triste, em relação ao que estava fazendo com a Praça da Matriz, e que muitos comerciantes lutavam para que o comércio fosse, principalmente, na época de final de ano, o alvo de lucro, e todas as questões em relação ao comércio local, sempre iam ficando para trás em relação ao que era almejado, e não tinha uma luzinha, uma decoração na praça central, e quando terminava a feira, aos sábados, e ficava no domingo todo, era lamentável os blocos de lixo que ficava na cidade, os ônibus que paravam lá, as pessoas que chegavam para visitar a Igreja Matriz que era um marco, tinham vergonha do que estava acontecendo nos dias atuais, então ele tinha feito o segundo requerimento naquele dia, em relação de que, quando terminava a feira livre, para que contratassem garis, e antes tinha o caminhão que lavava a área da feira, atualmente, estava meio escasso e a decoração que ainda dava tempo de rever, para que colocassem alguns enfeites, alguns atrativos, para que concentrassem mais a população, para que aqueles comerciantes fossem beneficiados, e encerrava a sua fala dizendo que ele tinha recebido uma carta da ONG Pra Frente Brasil, com encerramentos das atividades no dia trinta e um do doze e ele gostaria, como educador físico, como professor de educação física, deixar a sua sugestão para que a própria

Secretaria de Esportes da cidade, fizesse o mesmo papel que a ONG estava fazendo, porque senão o que seriam daquelas crianças que estavam naquelas quadras esportivas, porque independente do esporte e esporte tinha uma consequência tirar as crianças das ruas, mas muitos iam lá para tomar e comer um lanche, então ele achava que a Prefeitura, pela Secretaria de Esportes, tinha de tentar angariar alguma coisa, para que ao menos aquelas crianças ficassem envolvidas naquelas praças esportivas, e, independente de qualquer coisa, ele agradecia lá pela cidade, à Karina, pelo trabalho que tinha sido feito na cidade, e por acarretar em acolher aquelas crianças lá, nas praças de esportes. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a leitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Airton Braulino Jorge, Alfredo Chiavegato Neto, Antonio Mauricio Cordeiro Hossri, Edison Cardoso de Sá, Fábio Augusto Pina, Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Rainero Venturini e Rubens das Virgens. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, V, do Regimento Interno, combinado com o Art. 22, II, “a” da Lei Orgânica do Município, a Senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Primeiramente dos Srs. Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva Vieira Gama, Airton Braulino Jorge e Rainero Venturini foi apresentado Requerimento de Urgência Especial para que o Projeto de Lei que dá nova redação ao art. 28, da Lei nº 1.860/2009, que dispõe sobre a Organização Administrativa da Prefeitura, e dá outras providências, encaminhado a Casa através do Ofício DER nº072/2011, fosse apreciado em Única Discussão, aquela Sessão; em discussão e votação o Requerimento de Urgência Especial foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Airton Braulino Jorge como relator Especial para examinar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a Sessão; decorrido o prazo necessário para elaboração do Parecer, o Sr. Presidente reabriu a Sessão, determinando a leitura do Projeto de Lei e do Parecer do Relator designado. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 039/2011, do Executivo Municipal, que dá nova redação ao art. 28, da Lei nº 1.860/2009, que dispõe sobre a Organização Administrativa da Prefeitura, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, III do R.I.). Em Discussão e Votação foi o referido projeto aprovado por sete votos favoráveis, sendo um contrário do Sr. Alfredo Chiavegato Neto; a seguir, dos Srs. Karina Valéria Rodrigues, Maria Nalva

Vieira Gama e Airton Braulino Jorge foi apresentado Requerimento de Urgência Especial para que o Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para repassar recursos financeiros, a título de contribuição, à Associação Comercial e Industrial de Jaguariúna-ACIJ, encaminhado a Casa através do Ofício DER nº 074/2011, fosse apreciado em Única Discussão, naquela sessão; em discussão e votação o Requerimento de Urgência Especial, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Rubens das Virgens como relator Especial para exarar parecer ao referido projeto, motivo pelo qual suspendeu a Sessão; decorrido o prazo necessário para elaboração do Parecer, o Sr. Presidente reabriu a Sessão, determinando a Leitura do Projeto de Lei e do Parecer do Relator designado. A seguir, em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 040/2011, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para repassar recursos financeiros, a título de contribuição, à Associação Comercial e Industrial de Jaguariúna-ACIJ.(Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º, do R.I.). Em Discussão e Votação foi o referido projeto aprovado por unanimidade de votos. A seguir, dos Srs. Maria Nalva Vieira Gama, Airton Braulino Jorge e Rubens das Virgens foi apresentado Requerimento de Urgência Especial para que os seguintes Projetos fossem apreciados em Única Discussão naquela Sessão: 1. Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de subvenção à entidade de assistência social Projeto Lar Feliz, e dá outras providências, encaminhado a Casa através do Ofício DER nº 076/2011; 2. Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de subvenção à entidade de assistência social Associação dos Amigos do Padre Gomes, e dá outras providências encaminhado a Casa através do Ofício DER nº 077/2011; 3. Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de subvenção à entidade de assistência social Associação de Pais e Amigos de Excepcionais Jaguariúna, e dá outras providências, encaminhado a Casa através do Ofício DER nº 078/2011; 4. Projeto de Lei que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de subvenção à entidade de assistência social Associação Jaguariunense de Jovens Aprendizizes - AJJA e dá outras providências, encaminhado a Casa através do Ofício DER nº 079/2011. Em discussão e votação o Requerimento de Urgência Especial foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente designou o Vereador Rainero Venturini como relator Especial para exarar parecer aos referidos projetos, motivo pelo qual suspendeu a Sessão; decorrido o prazo necessário para elaboração do Parecer, o Sr. Presidente reabriu a Sessão, determinando a leitura do Parecer do Relator designado aos

Projetos de Leis nºs 041, 042, 043 e 044/2011. A seguir, em Única Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei nº 041/2011, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de subvenção à entidade de assistência social Projeto Lar Feliz e dá outras providências; (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” ,§ 1º, do R.I.). Em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei nº 042/2011, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de subvenção à entidade de assistência social Associação dos Amigos do Padre Gomes, e dá outras providências. Em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Projeto de Lei nº 043/2011, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de subvenção à entidade de assistência social Associação de Pais e Amigos de Excepcionais Jaguariúna e dá outras providências. Em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Projeto de Lei nº 044/2011, do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para concessão de subvenção à entidade de assistência social Associação Jaguariunense de Jovens Aprendizes – AJJA e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” ,§ 1º, do R.I.). Em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Segunda Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei nº 006/2011, do Sr. Vereador Alfredo Chiavegato Neto, que dispõe sobre denominação de logradouro situado no conjunto habitacional “12 de Setembro”. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49 , “a” § 1º, do R.I.). Em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei nº 018/2011, da Sra. Karina Valéria Rodrigues, que dispõe sobre denominação do Telecentro de Informática Comunitária do Parque Serra Dourada localizado no Bairro João Aldo Nassif. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49 , “a” § 1º, do R.I.). Em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Projeto de Lei nº 019/2011, da Sra. Karina Valéria Rodrigues, que dispõe sobre denominação de logradouro situado no bairro Roseira de Cima. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º, do R.I.); Em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Projeto de Lei nº 028/2011, da Sra. Maria Nalva Vieira Gama, que inclui no Calendário Oficial a Feira das Artes e do Empreendedor Individual no Município de Jaguariúna e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art. 49, “a” § 1º, do R.I.). Em Discussão e Votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Em seguida, em Primeira Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 022/2011, do Poder Executivo

Municipal, que estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município e do Serviço de Água e Esgoto – SAE, para o exercício de 2012. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50 , § 1º, VII do R.I.). Primeiramente, foi feita a Leitura do Parecer Conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação, e de Orçamento, Finanças e Contabilidade, apresentando as seguintes Emendas: Emenda nº 01 – dando nova redação ao inciso III do art. 4º: “Art 4º ... III – realizar remanejamentos, transposições e transferências, até o limite de 10% (dez por cento), do Orçamento da Despesa, desde que os recursos sejam resultantes de anulação parcial ou total das dotações orçamentárias”; Emenda nº 02 – dando nova redação ao art. 5º: “Art. 5º - O Poder Legislativo é autorizado a realizar remanejamentos, transposições e transferências, até o limite de 10% (dez por cento) do Orçamento da Despesa, desde que os recursos sejam resultantes de anulação parcial ou total das dotações orçamentárias.”; Emenda nº 03 – Acrescentando R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) à dotação 3.3.50.43 _ Saúde – Subvenções Sociais; em contrapartida, anule-se R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) à dotação 3.3.90.39 – Governo – Outros Serviços e Encargos; destina-se à entidade Xodó de Bicho; Emenda nº 4 – No Art. 3º, onde se apresenta o desdobramento do quadro da Despesa, denominado “Administração Direta 04 – Por Órgão da Administração – 2 – Poder Executivo, à folha 4, onde se lê “09 – Obras e serviços R\$ 24.452.892,22, leia-se R\$ 23.804.177,22”, e mais adiante, na mesma folha, onde se lê “12 – Gestão Ambiental R\$ 20.496.468,38, leia-se R\$ 20.178.186,78.” A seguir, o Sr. Presidente colocou em discussão, as emendas: Nº 001, sobre remanejamentos, transposições e transferências até o limite de 10% (dez por cento) do Orçamento da Despesa do Executivo”, em discussão e votação, foi a referida Emenda rejeitada por seis votos contrários, sendo dois favoráveis dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto e Fábio Augusto Pina; Nº 002, sobre remanejamentos, transposições e transferências até o limite de 10% (dez por cento) do Orçamento da Despesa do Legislativo”, em discussão e votação, foi a referida Emenda rejeitada por seis votos contrários, sendo dois favoráveis dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto e Fábio Augusto Pina; Nº 003 – destinando R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) à ONG Xodó de Bicho; em discussão e votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos; Nº 004, corrigindo alguns erros de digitação à folha 4 do referido projeto; em discussão e votação foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, em Primeira Discussão foi apreciado o Projeto de Lei nº 022/2011, do Poder Executivo Municipal, que estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município e do Serviço de Água e Esgoto – SAE, para o exercício de 2012; em discussão,

pediu a palavra o Vereador Fábio Augusto Pina que desejou boa noite à todos e disse que só queria fazer uma ressalva, que as emendas que foram feitas de remanejamento de quarenta para dez, na verdade, os dez por cento já era superior ao Tribunal de Contas, como tiveram uma votação o qual foi acatado um parecer do Tribunal de Contas lá, ele achou cabível, coerente, fazer aquela emenda, o qual, em dois mil e nove, a conta do atual Prefeito veio com aquela recomendação, não superior ao remanejamento a inflação; então, ele queria justificar que aquela emenda foi feita baseada no parecer do Tribunal, infelizmente, na outra votação foi acatado o parecer e naquela não, ele só queria deixar registrado isso; desejou boa noite à todos; a seguir, pediu a palavra a Vereadora Karina Valéria Rodrigues que desejou boa noite à todos e disse ao Vereador Fábio Augusto Pina que achava que deveriam explicar para a população que existia um Orçamento naquela Casa e que era a Prefeitura que fazia e eles votavam, e o Prefeito tinha a autonomia de remanejar, “ah, vou tirar um dinheiro da saúde, posso por no esporte, na cultura”; ela falava, e, sinceramente achava, que o Governo deveria ser responsabilizado e ter a oportunidade de respeitar aquele Orçamento, porque senão, já deixando claro, o aumento para os funcionários públicos para o ano vindouro, não passaria de oito por cento, o que estava programado naquele momento, era oito, oito e meio por cento no máximo; então, quando ela vinha naquela Casa, disse ao Vereador Alfredo Chiavegato Neto e deixava claro que tinha que cortar os RPAs para sobrar mais recursos para poder remanejar para dar mais aumento para o funcionário público; ela dizia aquilo porque o Orçamento do ano passado, na área do Esporte, era de cinco milhões de reais, na realidade, iria ser investido naquele ano, quinhentos mil, remanejaram quatro milhões e meio; e uma coisa que eles não eram responsáveis e que chamava muito a atenção daquele Orçamento, era que, o mesmo Orçamento destinava quase dez milhões de reais para a Assistência Social que era importante, e destinava quase dez milhões de reais para a Cultura; então, eles deveriam se atentar; ela achava e disse aos nobres colegas, que o Orçamento era uma responsabilidade do Prefeito Municipal, se ele achava que a Assistência Social teria que ter a mesma grana que a Cultura, era um direito dele, e no futuro ele seria responsabilizado pela população sobre aquilo; ela, particularmente, achava que o Executivo tinha total autonomia e disse ao Vereador Alfredo Chiavegato Neto, se amanhã o Prefeito considerasse que a Cultura deveria ter mais verba que o investimento na Secretaria do Trabalho para formação de pessoas ou de comprar terrenos para atrair empresas, era um direito dele, o que ela achava, particularmente, era que não poderiam, disse ao Alfredo Chiavegato Neto, Fábio Augusto Pina, naquele

momento ela pediu desculpas, não era que não poderiam, era que não poderiam dar uma brecha e querer ter gestão naquele Orçamento e depois por a culpa neles, “olha, o Governo não deu certo porque os Vereadores não me deixaram remanejar”, da parte dela tinha a carta branca, mas se continuasse aquela palhaçada de RPA e continuasse negando cesta básica para o povo, dentadura para o povo para fazer festinha na Cultura, ela iria para cima daquela Tribuna, o que eles tinham que entender era que, chamava muito a atenção no Orçamento que o investimento na Secretaria de Trabalho para o ano inteiro era de quinhentos mil reais e a verba de propaganda e marketing, era de dois milhões; então, eram pequenas coisas que ela não estava no Executivo, mandaram aquilo, ia com Deus, porque ela não ia mexer porque depois iriam falar que a gestão deles lá dentro, atrapalhou o Orçamento da Prefeitura; então, ela achava o seguinte: se a população entendesse que a Cultura não deveria ter a mesma verba que a Assistência Social e outras Secretarias e o Gabinete iria gastar doze milhões de reais, a verba de Gabinete estava programada para dois mil e doze, em doze milhões de reais; naquele momento houve manifestação na Assembleia e o Presidente da Câmara pediu silêncio à todos; voltando à fala, a Vereadora Karina disse achava que o Governo deveria ter carta branca e se responsabilizar pelo que foi mandado pela Casa; ela queria deixar aquilo claro das coisas que chamaram a atenção dela e dizia-se de passagem, disse ao Presidente, que aquela Casa, pela primeira vez, não se lembrava de outros anos, não foi colocada emenda nenhuma, estavam deixando o Orçamento do mesmo jeito que o Governo havia mandando para eles; então, se o Governo achava que a Assistência Social merecia dez milhões e a Cultura merecia dez milhões, era um direito do Prefeito e, que, no futuro, iria se entender com os eleitores, com a população, enfim; houve manifestação através de palmas; a seguir, pediu a palavra o Vereador Alfredo Chiavegato Neto que desejou boa noite à todos e disse que gostaria de ressaltar a tristeza dele com relação ao Orçamento encaminhado aquela Casa; primeiramente, porque estava superestimado, ou seja, aquilo que o Governo previa arrecadar no ano vindouro não iria arrecadar, o que iria acontecer era que, no final do próximo ano seriam os mesmos cortes que estavam vendo em todas as áreas em virtude daquilo que foi previsto pelo Orçamento não foi devidamente arrecadado, enfim, veio a peça orçamentária e o que foi feito lá na Câmara, foi simplesmente apresentar duas emendas como o Vereador Fábio Augusto Pina muito bem disse, que era a recomendação do Tribunal de Contas para que, o remanejamento fosse, no máximo, até a inflação, era uma recomendação do Tribunal de Contas, foi proposto dez por cento, aquilo não queria dizer que, feito os dez por cento, o Prefeito não

pudesse mandar nova lei para a Câmara para dizer porque iria tirar o dinheiro de uma Secretaria e de outra e eles aprovarem lá, era um controle maior daquela Casa com o gasto público; comentou que a Karina Valéria Rodrigues muito bem disse, o Orçamento era enviado pelo Prefeito, fazia três anos que ele fazia a peça orçamentária, ninguém mais do que ele sabia como iria gastar o Orçamento, nada mais justo naquela Casa, pelo menos, ter uma participação maior, era mais transparência naquilo que estava sendo gasto, a Karina Valéria Rodrigues havia citado um exemplo, se havia remanejado tanto recurso, naquele momento poderia remanejar quarenta por cento, em tese, todo o Recurso que destinava para a Obra, poderia tirar e gastar em outra parte sem a Câmara dar o mínimo de palpite, ele fazia a bel prazer, era bom deixar claro que verba com gasto de Pessoal ele não poderia remanejar, aquilo cada Secretaria com a dela, aquela verba não poderia remanejar, onde que remanejava? Despesa com serviço de terceiro, construções, RPAs, enfim, era aquele tipo de remanejamento que ele poderia fazer; então, ele ficava triste porque, realmente, era um momento da Câmara começar a ter uma participação maior, foi feito uma emenda tanto para o Executivo quanto para o Legislativo o Presidente estava lá, a Mesa havia participado, foi consultada a contadora da Câmara, tudo para saber o que foi remanejado durante o ano e que nem chegavam a dez por cento, porque o Orçamento era feito pela Casa e sabia onde eram gasto os Recursos, enfim, se tivesse que fazer o remanejamento era só fazer um projeto de resolução, a Câmara aprovava, era simples e estaria resolvido o problema; então, eles ficavam triste e eles percebiam que os Recursos eram destinados daquela forma e ainda se fosse feito os compromissos, tinha o exemplo da empresa de lixo que não havia recebido nada, a última que havia saído, não recebeu nada, foi feito um novo aditivo para a nova empresa que tinha entrado com gasto novo, com mais de dois milhões de reais de aditivo, a empresa nova estava entrando com sete milhões de reais e ele esperava que ela recebesse e que, realmente, pagasse a empresa que saiu e deixou os serviços e não ficou a contento porque, realmente, sem receber durante o ano inteiro não era fácil, não tinha empresa que agüentasse; ele esperava que a próxima empresa que fosse entrar recebesse e terminasse o serviço que estava fazendo; disse, também, que se pagasse a empresa de transporte coletivo do Município do qual era subsidiado, o transporte e até agora não havia recebido, estava com uma dívida de dois milhões para receber junto à empresa, a empresa estava querendo receber, aquela que foi votada mais uma tarifa social; então, ele esperava que a empresa, pelo menos, entrasse em contato com o Executivo e recebesse os recursos que ainda não foram pagos a

empresa; isso por quê? Porque ano passado foi proposto um Orçamento de duzentos e quinze milhões e o Município não iria arrecadar cento e oitenta naquele ano, o Governo previa os gastos de acordo com o Orçamento, mas se não arrecadasse, começava a dar o calote; foi dito lá da praça central, o Antonio Maurício Cordeiro Hossri bem disse que não estava sendo alvo de decoração para as festividades do ano mas, se o próprio estímulo ao comércio local não era dado pela Prefeitura que não comprava nada no comércio local e, no momento, o comércio local não vendia para a Prefeitura porque sabia que não iria receber, então, eles percebiam que, o desestímulo era total, enfim, eles esperavam que o Governo tivesse um pouquinho de sensibilidade com relação ao Orçamento do próximo ano e que fizesse as Despesas dele baseado naquilo que, realmente, iria arrecadar, se aquele ano chegasse a cento e oitenta milhões, cento e oitenta e cinco, por aí, iria ser bom; o ano vindouro a tendência era um pouquinho a mais de retração, ou seja, talvez não arrecadasse aquilo que estava previsto, pegaram o terceiro trimestre do Governo Federal e a economia estagnou, estava em zero, não teve crescimento nenhum, aquilo refletia nos próximos Orçamentos, então, eles ficavam preocupados porque queriam um aumento para o servidor porque ano passado não foi dado nada, foi dado só um abono, foi discutido na Audiência Pública lá se teria a possibilidade de dar um aumento aos servidores e o Wagner falou que dentro das possibilidades iria ser um aumento real e não abono mas algo próximo de uma porcentagem que fosse a contento de todo mundo mas, enfim, se não arrecadasse não teria como; então, ele esperava que aquele Orçamento que foi votado mais uma vez superestimado, ele voltava a dizer: pudesse chegar a ter a integralização no final do ano, ou seja, recebesse os duzentos e trinta e pouco milhões que foi proposto, mas ele tinha certeza que não iria arrecadar, tinham ainda uma Receita de Capital da ordem de trinta milhões, Receita de Capital era dinheiro que estava previsto receber do Governo Federal; disse que ano passado ele não se lembrava, até o final do ano, ele falou na Audiência Pública o valor que tinha recebido, ele achava que era de dois milhões, não receberam dois milhões e estava previsto para o ano em torno de trinta, então, o Orçamento estava enganando toda a população e o pior de tudo e que vinham naquela Casa, fazia Audiência Pública, falava que estava errado e votava tudo aquilo que estava errado e concordava com tudo aquilo novamente; enfim, era triste e mais uma vez se criando secretarias, enfim, iam sabendo, era uma pena, realmente, e ele voltava a dizer: ele esperava que os erros do momento pudesse tirar mais alguns ensinamentos para o próximo ano e que pudesse rever, não importando o próximo Prefeito que entrasse, era importante ter a participação da Câmara e a

participação da sociedade naquilo que era distribuídos os recursos públicos do Município; agradeceu; a seguir, pediu, novamente, a palavra a Vereadora Karina Valéria Rodrigues que desejou boa noite mais uma vez e disse ao Vereador Alfredo Chiavegato Neto que concordava com o discurso dele só que em alguma parte dele, era ingênuo, se a Metrópolis não recebia e a Gros não recebia, porque não protestava na Prefeitura? Serviço de graça não estavam fazendo, então se a Gros não recebia durante onze meses, a Metrópolis não estava recebendo há sete meses e eles não protestavam os contratos no cartório, aquilo seria pago algum dia? Ela tinha aquela dúvida porque se trabalharam grátis o ano inteiro, tinha que dar um Título de Cidadão para cada um, porque se a Gros trabalhou grátis, trabalhou entre aspas, porque o lixo não foi lá aquelas coisas e a Companhia Metrópolis trabalhou grátis e não protestava na Prefeitura, ela não entendia, a pessoa dava um cheque sem fundo no banco e outro dia estava protestado, a Gros falava que não recebia há quatro, cinco meses, a Metrópolis falava que não recebia, mas ninguém protestava os contratos? Disse que, também, queria entender aquilo porque senão estavam sendo infames, disse ao Alfredo Chiavegato Neto; ela gostaria, também, e que faria um requerimento na próxima, se estavam recebendo ou não? Se não estavam recebendo e não estavam protestando, tinha que dar um Título de Cidadão para aquelas empresas, porque estavam trabalhando grátis; disse que duvidava, o medo dela era que, se não estava pagando no momento era para pagar no ano que viria, aquela era uma preocupação dela, daí iria comprometer o Orçamento do ano que viria, era estranho, ela pediu desculpas ao Presidente mas o dono da Metrópolis era turco, também, se não recebesse iria protestar, disse ao Presidente que era para ser sincero, o turco não iria trabalhar grátis e a Gros sendo uma grande multinacional da Cidade não iria trabalhar grátis; então, ela achava que a informação do Vereador Alfredo Chiavegato Neto era confusa, se não recebia, não protestava por quê? Tinha a promessa de receber no ano que viria? A seguir, pediu, novamente, a palavra o Vereador Alfredo Chiavegato Neto dizendo à Vereadora Karina Valéria Rodrigues que poderia garantir a ela que a empresa, realmente, não havia recebido e que tinha outros interesses por trás daquilo, por isso que não havia recebido, aquilo era claro, ele voltava a dizer: com relação ao transporte público, os dados dado pela Prefeitura na última sessão dizia que tinha trinta e seis mil usuários em dois mil e oito, a dois reais e vinte que era a passagem, dava algo em torno de setenta e dois mil reais por mês, naquele momento, se a Prefeitura não pagasse nada, ela recebia cento e setenta e cinco mil reais dos usuários; então, a empresa não estava muito preocupada se iria receber da Prefeitura, ela iria receber, mas os Vereadores, a

população que andava de ônibus, estava financiando, também, o transporte público, porque o transporte público teve um aumento muito significativo, tudo aquilo que a empresa falava que o transporte não era rentável porque não tinha passageiro por quilômetro rodado, no momento tinha muito passageiro por quilômetro rodado; havendo manifestação no Plenário, o Vereador disse que era cento e quarenta e cinco mil por mês, era aquilo mesmo, foram os dados dado pela Prefeitura; na última sessão tiveram um ofício e foi votado o projeto, ele só estava fazendo um comparativo que no momento a empresa, mesmo que não recebesse da Prefeitura o subsídio, ela ganhava muito mais do que ganhava em dois mil e oito, quem estava gostando daquilo? Era a empresa, lógico, não era para ter dúvida nenhuma; enfim, era aquilo que ele queria dizer, sempre gostou, agora era para imaginar em dois mil e oito se pagassem subsídio para a empresa, “a turma falava que era tudo né, e ainda pagar para a empresa”, e no momento pagava e ficava por aquilo mesmo, ninguém falava mais nada e ele voltava a dizer: o problema não era a empresa, a empresa estava lá fazendo o transporte dela, o problema era quem passava informação, então, no momento, o transporte estava sendo ferrado e, outra, de graça ninguém reclamava, era de graça, um real; havendo manifestação no Plenário, ele disse que não sabia, mas esperava que fosse zero cinquenta, que, geralmente, o motivo de crítica do transporte era a empresa, não era o transporte em si, a empresa que tinha de longa data no Município, no momento tinha a mesma empresa e estavam pagando muito mais para ela e não se falava nada, então, o problema não era a empresa, aquilo que ele queria deixa claro, o problema era o dinheiro que se pagava; no momento, estava pagando muito para a empresa e a população menos ainda para a empresa, mas estava todo mundo contente, enfim, com um ônibus lotado, com dezesseis ônibus apenas no Município e que, em dois mil e oito, era dez, enfim, estavam vendo lá que a empresa, realmente, era igual emprestar a um bom credor, a pessoa sabia que um dia iria receber e ele tinha a certeza que iria receber; agradeceu; a seguir, pediu a palavra o senhor Edison Cardoso de Sá, que depois de cumprimentar a todos, disse que aquela questão lá era uma colocação de transporte, de orçamento, ele achava que no ponto de vista dele, tinham de separar a discussão, porque a discussão do orçamento em quarenta por cento, primeiro, quando se falava na questão daquilo que ia arrecadar, aquilo, praticamente, era como se fosse uma previsão, que eles esperavam que arrecadasse isso e torciam para arrecadar cada vez mais, porque com isso o Município acabava sendo beneficiado, mas o que não dava também, e ele nunca tinha visto quando ele ia na Câmara, aquela discussão sistemática e efusiva, no ponto de vista de que os quarenta por cento estava errado e errado, e

lembrou que lá sempre teve a questão dos quarenta por cento, para todas as outras administrações anteriores, então, também, aquela era uma questão colocada, e era lógico que aquilo era um bumbo político, então, ele entendia aquela questão, e no ponto de vista daquele negócio do transporte que inclusive estava lá dentro da discussão do pagamento e do orçamento, ele pensava que, aquela questão ele tinha falado e que aquela empresa sempre tinha ganhado no Município e o que eles tinham feito foi buscar trabalhar e favorecer à população, que a política pública se fazia tirando do imposto para poderem dar àqueles que mais precisavam, e que se fazia política pública daquela forma, porque não tinha outra forma no capitalismo, fazer política pública, que não fossem os impostos que se pagavam, reverter para a própria população, então, aquela discussão com relação à questão do orçamento, dos quarenta por cento que a Prefeitura estava devendo, devendo, dissesse de passagem, a Prefeitura, atualmente, estava pagando muitos processos trabalhistas que estavam lá, inclusive precatórios pesados, que não se diziam que tinham sido equívocos do passado, que, atualmente, também tinham de pagar; o Município tinha de pagar e era dinheiro público também, porque tinha sido feito coisa errada lá atrás e o Município estava arcando, arcando inclusive com questões erradas de mais de, se ele não estava enganado, mais de um milhão de reais que tinha de pagar para uma pessoa que tinha um processo que já estava em fase de execução da questão do lixo, que tinha sido feito, também, errado; eram dez milhões, em dois mil e onze, um milhão, mas num total de dez e tudo aquilo era impacto do recurso público que tinha sido feito políticas erradas e que, atualmente, o Município estava pagando, então aquelas coisas também não se dizia, porque estavam chegando na época das eleições, então, toda a questão do ponto de vista que estava sendo colocado pelo Governo, também, era errado, então aquelas coisas, também, eles eram acostumados, eram acostumados, inclusive, com várias equivocadas que eram colocadas, na questão de gastos que não eram verdades e que ele repudiava informações que eram gastos, por exemplo, na questão dos servidores públicos que, atualmente, a comida de primeira qualidade e não era aquele preço que estava sendo colocado lá, e que a comida, atualmente, dos servidores públicos era uma comida boa; então, a questão do ponto de vista da lógica do orçamento, ele esperava e torcia para que pudesse ser arrecadado mais, ainda, daquilo que tinha sido, e ele defendia na Casa, a questão dos quarenta por cento, porque era uma questão que ele entendia que era a lógica, ela tinha o seu objetivo e eles tinham de ajudar e construir, para que o Município pudesse ir bem; a seguir, pediu, mais uma vez a palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto, que cumprimentou a todos e disse que ele só

gostaria de falar de um fato que o nobre Vereador Edison tinha levantado sobre as precatórias, e que a Prefeitura até dois mil e oito tinha algo em torno de cinco a seis ações, e a atual Administração estava com mais de trezentas ações trabalhistas, existia um precatório, para quem não conhecia Jaguariúna há mais tempo, com a demanda do Antonio Moraes Pinto, da Fazenda Serrinha, e para quem não sabia, o lixão, durante anos e décadas tinha sido depositado ao lado da Fazenda Serrinha, na Fazenda da Família Parisi, e a Prefeitura tinha comprado lá, recuperado toda a área ambientalmente, e o doutor Antonio Moraes Pinto tinha entrado com várias ações contra o Município e o Município tinha ganhado quase todas, só estava aquela pendente que o Município tinha perdido algo em torno de dez milhões de reais, que o Município ia ter de pagar, e era dinheiro de todo mundo, que teria de pagar, por causa de um erro de várias gerações anteriores, que não se tinham tanta consciência ambiental como se tinha, atualmente, enfim, teria de pagar, mas aquilo era um erro de longa data, e era uma pena, porque o Município, realmente, tinha tentado de todas as formas conseguir êxito nas ações, mas perdeu, e ele pleiteava que a fazenda dele, por ter tido o lixão ao lado, ela tinha sido depreciada naquele valor estimado de dez milhões de reais, e tinha tido perito pelo meio que tinha falado, mas era uma pena, o Município tinha de respeitar, mas para quem conhecia o Município e quem não era do momento e não sabia da história, o porque iria pagar aquela precatória, era porque, realmente, eles cometeram um erro desde quando Jaguariúna tinha começado a ser uma cidade pujante e depositado o seu lixo, ele era depositado de forma equivocada e, infelizmente, tinham de pagar por aquilo, e até os dias atuais o lixo estava indo lá para a extra e tinha um custo e tinham de ser responsáveis por aquilo, mas, infelizmente, não seria justo, ainda mais naquele momento em que o senhor Antonio Moraes tinha vendido a fazenda e ele acreditava que ele tinha tido um lucro muito grande pela venda da fazenda e todos sabiam para quem ele tinha vendido, ainda, tinha mais aquela demanda que ele iria receber do dinheiro da cidade, do orçamento, aquela quantia de dez milhões de reais, ele achava injusto para um senhor que estava no final da vida e não precisava mais daquilo, ele estava tirando da boca de quem precisava; a seguir, pediu mais uma vez a palavra a senhora Karina Valéria Rodrigues que disse que referência era uma coisa complicada, que ela se lembrava que há cinco anos atrás ela tinha se internado em um SPA e ela era a mais magra do SPA, então, ela não poderia achar que ela era a Gisele Bündchen e ela era a mais magra entre as gordas, e que ele falasse que a comida da cozinha era boa, existiam controvérsias, ele falava que comia lá, e naquele dia ele tinha feito uma endoscopia e ele poderia estar com uma gastrite

por causa daquilo, e comentou que Vereador não poderia comer lá, porque era do funcionalismo público, e eles não eram funcionários públicos, então, ela falava que aquela Casa tinha feito um brilhante e ela queria parabenizar o Presidente daquela mesa, que para movimentar a economia do Município, o Presidente havia decidido dar o cartão “Vale Refeição” para os funcionários daquela Casa, onde o funcionário poderia ir no supermercado, poderia ir no Marquesini, no Kalifa, e daí movimentava o lucro na cidade, porque os restaurantes iriam ter mais movimentos, iriam contratar mais garçons, mais alfices, mais pães, enfim, e aquilo ela queria publicamente parabenizar a Casa, porque era uma reivindicação dos funcionários, e eles estavam felizes porque eles pegavam seus cartões com duzentos e quarenta reais e iam no açougue, no supermercado e movimentavam a economia, e ela achava que tinha vindo uma empresa de fora, ela achava que tinha vindo uma de Manaus, eles poderiam dar cartão cidadão para todo mundo e que proibissem com o cartão comprar bebidas alcoólicas, cigarros e tudo, mas movimentar o comércio, cadastrar os supermercados, e ela achava que aquilo acontecia, que tinham funcionários da Casa, que talvez não almoçassem fora, mas que faziam suas compras, e o melhor era que quando emendava um feriado longo, aqueles funcionários poderiam comprar, no dia, os pães, o leite, coisa que ela não entendia muito bem como funcionava aquela empresa, quando tinha um feriado longo, se ela cobrava ou não cobrava, então, ela achava que existiam maneiras simples de movimentar a economia local, se eles faziam aquele cartão, os locais trabalhariam mais, porque naquela Casa, eles tinham e eles, Vereadores, eram testemunhas, dia em que veio dentro da marmita, uma mosca, o arroz estava azedo, a carne era dura, e atualmente não, porque os funcionários da Casa poderiam pegar o seu cartão e escolher onde iriam comer, e se eles iam comprar, se eles iam jantar, se eles iam fazer em casa, então, ela achava que seria muito bem visto e queria parabenizar mais uma vez a Casa, e até o Presidente, historicamente, iria ficar registrado com aquilo e era só perguntar para um funcionário da Casa se eles preferiam o que era antes ou o que era, atualmente, então ela achava que falar que a comida da cozinha piloto era boa, ela discordava, e falou ao Senhor Edison que o que ela achava era que a referência ela não achava que fosse ruim, mas por quinze reais era muito ruim; disse que achava que por um real era grátis, mas que quinze reais que a empresa de Manaus cobrava daquela marmita, por mais cinco “mangos”, comeria no Bar da Praia; naquele momento houve manifestação na assembleia, e o senhor Presidente pediu silêncio para que ela continuasse sua fala; a Senhora Karina continuou dizendo que, então, eles tinham de ter referência, porque senão eles

iriam entrar em uma coisa que ela achava que funcionalismo público eram os concursados e os funcionários daquela Casa, eram os que sustentavam a Prefeitura, e ela não estava muito mais preocupada com o passado de quem esteve lá, porque o olhar dela era para frente, porque ela era progressista, e eles não poderiam lá falar que no passado, bibibibibi, porque ela falava ao senhor Edison que com a quantidade de processos perdidos que aquele Departamento Jurídico tinha, ela tinha dó de quem fosse Prefeito de lá a oito anos, que ela achava que não iria ter orçamento de tanta precatória que iria ter, porque ela nunca tinha visto um Departamento Jurídico que perdia tanto prazo, e pior, perder prazo na Administração Pública era improbidade administrativa, porque no juiz se conseguia à arvelia e, atualmente, tendo a internet, ficava sabendo e o que a preocupava era que eles não deveriam estar, então, quando se falava que a comida, ela era democrática e se tivesse uma pesquisa com o funcionário público, se eles prefeririam o cartãozinho para pegarem onde eles quisessem ou prefeririam na Cozinha Piloto, ela garantia que a Cozinha Piloto não existiria mais em Jaguariúna, e ela achava que tinham de escutar os funcionários, e ela garantia que os supermercados e restaurantes do Município iriam ficar muito felizes que eles pudessem gastar e comer, porque iria girar em torno do Município, porque era uma reivindicação muito antiga daquela Casa, que o dinheiro ficasse no Município e não fosse para Manaus, naquele momento houve manifestação na assembleia; a seguir, pediu palavra o senhor Fábio Augusto Pina, que depois de cumprimentar, novamente os presentes, disse que, na verdade, ele e o Vereador Fred tinham seguido o Tribunal de Contas, realmente, e, também, tinham seguido o repasse do ICMS, porque o repasse do ICMS tinha caído em nove por cento, que era o maior orçamento deles, era a maior Receita, então, estava lá, de zero ponto quarenta e seis, para zero ponto quarenta e três, e aquilo representava muito para o Município, então, baseado em dados, tinha sido feita aquela emenda, até para eles poderem participar do Governo e saber para onde iria o dinheiro, em qual Secretaria iria, se iria em material de consumo, se iria em propaganda, se iria em pessoa jurídica, se iria em RPA, e lembrou que tinha sido estimado um orçamento na Secretaria de Esportes, como bem tinha dito a Karina, e tinha sido remanejado e não tinha passado pela Casa, e depois não adiantaria eles reclamarem, porque não tinha mais o que fazer porque já tinha sido remanejado, sem autorização deles; então, eles queriam um pouco mais de participação e seguindo o Tribunal de Contas e também o índice de ICMS do Município, e era lógico que várias questões lá tinham sido levantadas, de carta branca, e ele até entendia e, também, não sabia dizer o motivo se a empresa trabalhava, se não trabalhava, se tinha ou não tinha

algum motivo e ele sabia apenas que não recebia e não era só a empresa que não recebia, porque muitas coisas estavam faltando no Município, daí a população ia lá, daí eles iam atender e iam ouvir, daí chegava uma reivindicação, do tipo, de que estava faltando remédio no Posto Central, tinha buracos em determinado bairro, não tinha sido feita a dedetização, e que tinha dengue, eles iam fazer, porque eles faziam os pedidos, e ele estava aguardando a resposta; ele tinha ouvido um cidadão falando com o Gustavo e até tinha pedido lá, e no dia vinte e um do seis, a lombada na Rua Vigato, no número vinte e dois, tinha sido pedido, e ele só ia dar uma lidinha ia dar uma lidinha rápida, ele sabia que não tinha nada a ver, mas só para saberem, a resposta era que o Executivo encaminhava o pedido para a Secretaria Competente, então, até aquele momento eles estavam aguardando a resposta, e era um pedido de lombada, era um exemplo simples; disse que tinham começado fazer lombada de concreto, depois não sabia do que, e na verdade a indignação da população era tanta que ia chegar uma hora em que ia perder a cabeça, ia ficar muito difícil de administrar a cidade, e como disseram que estava previsto o aumento do funcionário público, disse que não havia necessidade porque os quarenta por cento não mudaria o aumento dos funcionários públicos, com certeza, porque iria ter uma lei específica, que poderia ser remanejada, mudada no orçamento e terem dado um aumento digno, e depois ia dizer que não tinha sido dado os dez por cento, e, também, aquilo não era uma verdade, que também já tinha sido feito tantas vezes, e ele disse que escutava muitas coisas na Câmara Municipal, e o que ele mais escutasse e que poderia ser até que fosse diferente, porque cada Vereador atendia proporcionalmente, mas era a saúde do Município, o hospital, a falta de remédio, a falta de transporte, a demora de levar o paciente, a transferência, então, eram diversos, e quantas reclamações ele tinha, de que tinha sido remarcado uma consulta, então que existiam muitas coisas que não eram perfeitas antigamente, mas eles tinham o que melhorar e não piorar; as escolas, por exemplo, disse que tinham os uniformes para os alunos, tinham a manutenção, não só nas escolas, como nos parques, nos campos de futebol, os agasalhos, tênis, e ele achava que a carta branca tinha sido dada durante aquele período, mas que ela não deveria ser dada, novamente, mas ele respeitava a opinião e dizia como muito bem tinha falado a nobre Vereadora Karina e o Vereador Fred, que não existiam tantos processos daquela forma, em dois mil e oito, dois mil e nove e dois mil e dez, então ele achava que não tinham sido pagas as precatórias de dois mil e nove, dois mil e dez para a cidade e dois mil e onze, e ele achava que não serviria de desculpa para terem base naquilo e aquela era a opinião dele, porque ele não se lembrava de ter sido paga nenhuma

precatória naquele momento, e fora outras coisas básicas, simples, coisas de promoção social que eles procuravam correr atrás para quem, realmente, não conseguiam, e não era por culpa de um ou outro Secretário, e sim porque a Administração não dava subsídio, não sustentava muitas vezes o que estava sendo feito, e lá ele já tinha falado várias vezes que quem quisesse sair com ele no comércio municipal, que quem estava devendo não vendia, não tinha jeito, e ele esperava que melhorasse, ele não achava muito fácil, mas ele esperava que mais uma vez com quarenta por cento eles pudessem chegar na Casa, naquela mesma data, fazendo orçamento para dois mil e treze e dizer que havia melhorado, mas achava difícil, muito difícil, mas iam tentar, então, gastando o dinheiro em obras, disse que era complicado; falou que ele conversou com uma pessoa no bairro Planalto e tinham batido estaca onde estava a UPA, há muito tempo atrás e caiu o tapume na chuva, eles foram lá e tinha um senhor e um cachorrinho e pensaram que naquele momento iria começar, e há pouco tempo tinha caído de novo, e eles tinham voltado lá, e continuava o mesmo senhor, o mesmo tapume, o mesmo cachorrinho, e na mesma posição e não tinha havido progresso nenhum, então ele achava que tinham de repensar muitos princípios, muitas coisas e eles tinham de participar mais, realmente, e que lá não estava se tratando quarenta por cento, dez por cento, lá tinham diversos equívocos, tinha orçamento estimado, receita de capital que, provavelmente, não chegasse, e não eram só os quarenta ou os dez por cento, porque existiam várias complicações daquele orçamento e eles tentaram alertar nas audiências públicas, nas votações, mas infelizmente era o jeito que chegava, e eles faziam o que era possível; a seguir, pediu a palavra o senhor Rainero Venturini que cumprimentou a todos e disse à nobre Karina, que a respeito das marmitas a quinze reais, ele ia querer saber se, realmente, era aquele valor, aquilo ele ia a fundo e ia mostrar lá, se fosse, ele ia de encontro com aquilo também, porque era um absurdo, e sobre o cartão para fazer compra como o Presidente tinha feito na Casa, aquilo mais de uma vez ele tinha falado que ele era contra aquela marmita, várias vezes ele tinha debatido, até que conseguiram, e o Mauricio sabia daquilo, então tinha sido bom, mas elas tinham uma cabeça, sabiam administrar e outros não sabiam, e o que eles iam fazer, porque uns sabiam administrar e outros não, e que pessoas pegavam a cesta lá que valia cem reais e vendiam a cinquenta, e ele via muitos e até ofereciam para ele, e outros pegavam um cartão daquele, por exemplo, se não soubessem administrar, pegariam um cartão daquele, gastariam em outras bobagens e depois iam na Promoção, daí carregava o que, ele não estava chamando de burro, mas que uns sabiam administrar e outro não, daí ia tudo para a Promoção, daí acarretaria os

serviços deles, ficando em cima da Promoção, e não estava chamando ele de burro, mas era que ele ganhava quinhentos reais e quando ganhava um cartão de duzentos e quarenta reais a mais que chegava, ele ia gastar, comprar uma roupa melhor, um sapato, coisa que ele não tinha; e sobre a UPA, disse que ela tinha começado, iniciado e paralisado, e a UPA não ia porque embaixo daquele terreno era um depósito de lixo que tinham enchido de pneu, de cacarecos e tudo, e foram bater a estaca e dava em cima de pneu e não conseguiam perfurar, daí fizeram um novo projeto, daí caíram na conclusão do trilho da linha, foram várias carretas de trilho de linha e estavam batendo nos trilhos de linha, e se eles não tivessem visto, poderiam ir lá ver que estavam os trilhos de linha, daí falavam outra coisa que não quisessem comparar como falavam lá, que tacar pedra no telhado era fácil, e que não quisessem comparar um governo de dois anos, ele não queria falar mau, porque o Tarcisio tinha sido um ótimo governo, e o outro também porque ele tinha ganhado, que deixassem ele governar, mas que não quisessem comparar dois anos de trabalho, que ia indo para três anos, que fosse quatro, que não quisesse comparar com dezoito, então ele achava que qualquer um que se iniciava um trabalho, ele iria aprender e iria trabalhar e iam ver o final daquilo, e quem tinha perdido a teta, queria voltar nela, como um bezerrinho, apartava da vaca, e ele ficava berrando; naquele momento houve manifestação na assembleia, e o senhor Presidente pediu silêncio para que o Vereador continuasse sua fala; e o senhor Rainero disse que era a verdade, e sobre os quarenta por cento, ele disse que ele era favorável e o Prefeito como a Karina tinha falado, ele tinha que remanejar, ele tinha de remanejar e se ele fizesse um mau remanejamento, quem seria prejudicado era ele próprio, naquele momento houve manifestação na assembleia e o senhor Presidente pediu silêncio para que pudessem continuar a sessão; a seguir pediu, novamente, a palavra o senhor Fábio Augusto Pina, dizendo que uma coisa era verdade, que eles precisavam raciocinar só um pouquinho, e uma coisa o Rainero tinha razão, eles tinham de parar, às vezes, e pensar um pouquinho, e ele concordava quando ele tinha falado do ticket, que uns sabiam administrar e outros não, mas ele também tinha de concordar que não eram só os coitados que não sabiam administrar, porque tinha gente que pegava a cidade com cento e oitenta milhões e fazia obras, fazia escolas, fazia creches, não deixava faltar uniformes, e tinha gente que não fazia nada, naquele momento houve manifestação na assembleia, e o senhor Presidente pediu silêncio para que o Vereador continuasse sua fala; e o senhor Fábio disse que ele dava razão, ele tinha razão, e que além disso, não deixava dívida, e era o que ele tinha para falar; em seguida, pediu, novamente, a palavra o senhor Rainero Venturini

dizendo que ele ficava admirado que o nobre Vereador dois anos atrás, os dois anos que tinham se passado, nunca tinha usado uma tribuna, e porque naquele dia ele ia lá falar que o Governo não fazia nada, porque que ele não tinha ido falar nos dois anos; a seguir, a senhora Karina Valéria Rodrigues usou a palavra cumprimentando a todos, novamente, e disse ao prezado Vereador Rainero, que falando do passado, há dois anos, ele não tinha aquele cabelo e aquele bigode, mas indo para o projeto que falava, ela garantia que um pai de família que ganhava quinhentos e quarenta e cinco reais manter uma casa com dois filhos e não deixar faltar nada para os filhos, era o melhor administrador que todos eles, porque viver com quinhentos e quarenta e cinco reais, ele faturava aquilo com uma hora do munk dele e o cara mantinha a família o mês inteiro; então, enquanto ela estivesse Vereadora e ele tinha o mesmo direito que ela, ela não ia permitir que, delicadamente, ele chamasse parte da população de burro; naquele momento houve manifestação na assembleia, e o senhor Presidente pediu silêncio para que ela continuasse sua fala; e a senhora Karina disse que, independente do que as pessoas tinham, e quando ele falava que quem tinha saído e queria voltar para mamar na teta, ela achava estranho, porque ele já tinha perdido e quis voltar, então, ele tinha voltado para mamar também; a seguir, pediu, novamente, a palavra o senhor Fábio Augusto Pina, dizendo que ele só queria fazer uma ressalva lá que não tinham sido só dois anos que ele tinha ficado quieto, e que tinham sido seis, só que os dois últimos anos, o nobre Vereador que era um grande conhecedor do Regimento Interno, disse que a função dele não era falar, não era fazer, e sim, era manter a Casa em ordem, e que, muitas vezes, ele teve de engolir muitas coisas lá dentro, e ele poderia ter a certeza, e ele sabia que ele já tinha dito que tinha se arrependido de ter votado nele para presidente, mas aquilo já tinha ido também e que poderia ser que um dia tivesse outra oportunidade, mas que, enquanto ele tinha sido Presidente, ele poderia ter a certeza de que como o nobre Vereador Mauricio, ele tinha de prezar pela Casa, ele tinha um acesso ao Governo e à Legislatura, e ele tinha de passar aquilo para todos e ele tinha tentado fazer da melhor maneira possível, e só justificando a todos, que a função do Presidente, e também não era a função do Mauricio lá, de atacar, ou agredir, era de defender a Casa, e ele tinha procurado fazer aquilo nos últimos dois anos, defendendo os funcionários da Casa, as pessoas que lá tinham entrado, contrariando muitos interesses, apanhando bastante e não tinha sido pouco, aprendendo muito e ele tinha aprendido muito com todos eles, e ele só queria dizer aquilo, então se ele tinha ficado quieto nos últimos dois anos, não foi porque ele concordava ou discordava, ele apenas quis respeitar o Regimento Interno, mas ele, também,

não poderia se calar com algumas coisas que ele via na cidade, ele não poderia criticar ou deixar de criticar, e a emenda, a qual o nobre Vereador tinha defendido o Tribunal de Contas, ele estava defendendo naquele momento, era aquilo, simplesmente, e ele estava seguindo a mesma cartilha que ele tinha defendido há dois meses, e não era ele, porque ele não estava lá discutindo se tinha largado teta, se tinha deixado teta, era só aquilo, e ele respeitava, era uma democracia, tinham de manter o respeito, falar com calma, não agredirem, porque ele achava que lá ninguém tinha de falar mau de ninguém, ele achava que tinham de manter a ordem, cada um demonstrando a sua opinião, da sua maneira; lógico que, às vezes, eles davam uma descontraída, brincavam, até para não deixarem um ambiente mais rançoso, mas eles não poderiam perder o foco em hipótese alguma, tinham de manter o respeito, tinham de explicar para a população os motivos pelos quais estavam sendo votados, ele entendia e respeitava os que tinham votado contra, e ele só estava pondo o seu ponto de vista, e tinham de colocar de uma maneira mais calma, mais tranquila, mas para todo mundo entender; a seguir, pediu, novamente, a palavra o senhor Rainero Venturini, dizendo a nobre Karina que ele não tinha chamado ninguém de burro, à nobre Karina Vereadora, disse que para quem sabia ler um pingo era letra e que ele não tinha em momento nenhum chamado alguém de burro, e que o pobre era como ela tinha falado, ele ganhava um salário e sabia administrar mais do que ela, mais do que qualquer um deles, porque ele conseguia sobreviver com quinhentos reais, e vivia melhor do que eles, porque o coitado, e ele tinha passado por aquilo, tinha ganhado de peão, trabalhado de peão, arrancar toco, plantar, e ele sabia o que era aquela vida, e ele estava falando não para não dar, mas que estudassem o que fosse melhor para eles e eles tinham de fazer, mas não era fazer o cartão, porque eles tinham de primeiro ensinar, fazer o programa, levar a todos os funcionários, e que eles decidissem o que era melhor para eles, porque não eram eles que sabiam o que era melhor para eles, porque tinham alguns que eles falavam e eles não queriam, então ele e todos os Vereadores, era lógico que se eles fizessem uma união, dizendo que queriam fazer aquilo, eles iam fazer, e a partir do momento que desse errado, eles que tinham escolhido, então que o povo tinha de participar, mas o povo não participava, e lembrou da votação do Sindicato que eles não tinham participado, eles se escolheram e depois estourou neles, então se ele achava que era, juntasse os servidores, fazia o melhor que fosse para eles, e ele estava lá para ajudar, porque inclusive quando alguém o procurava, era como dizia o ditado, não saia sem chumbo, e com ele era daquela forma, ele não deixava ninguém sair, o que fosse que precisasse dele, ele ia atrás, e doesse a quem doesse, ele

seria reaçachado, e que ele não tinha chamado ninguém de burro, porque ninguém era burro, eram trabalhadores, inclusive falavam dos nordestinos, dos cabeças, e atualmente as populares do Município estavam saindo graças a eles que encaravam os serviços, encaravam o trabalho, não tinham medo; pediu desculpas ao Presidente porque ele estava saindo fora do assunto, mas ele queria fazer uma explanação lá, dizendo que ele tinha ido dias atrás, na Max lave, que era uma empresa que ele conhecia muito, que ele prestava serviço e chegando lá ele falou para o Alcides que era o encarregado geral, onde estavam aquelas pessoas que ele tinha indicado para ele, porque ele não estava vendo nenhuma, e que tinham mais ou menos sessenta pessoas na roda e que ele não conhecia nenhuma, daí o Alcides disse que ele não conhecia mesmo porque eram todos da Paraíba, do Norte, que lá eles trabalhavam a cinco ou seis reais por dia, carregando lata, arrancando toco, e em Jaguariúna eles achavam que era uma moleza para eles, ganhando vinte, trinta reais por dia, registrado e tudo, eles falavam que aquilo para eles era uma moleza, então tinham de parabenizar, e a turma falava que nordestino, paraibano, invadiram São Paulo, invadiram graças a Deus; ela tinha vindo para a cidade, prestado serviço, tinha gostado e estava lá, e a hora em que ela não quisesse mais, eles transportavam ela de volta para lá. A seguir, em votação o Projeto de Lei nº 022/2011, do Poder Executivo Municipal, que estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município e do Serviço de Água e Esgoto – SAE, para o exercício de 2012, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): pela ordem, tomaria a palavra a Sra. Karina Valéria Rodrigues, que a passou. Terminada a Explicação Pessoal o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia treze de dezembro de dois mil e onze, terça-feira, com início determinado para às dezenove e trinta horas, dando início, a seguir, à Tribuna Livre. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Antonio Mauricio Cordeiro Hossri
Presidente

Vereador Fábio Augusto Pina
Vice-Presidente

Referente à da 28ª Sessão Ordinária, realizada aos 06 de dezembro de 2011.-

Vereador Rubens das Virgens
Primeiro Secretário

Vereador Alfredo Chiavegato Neto
Segundo Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

